

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 010/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 02 (dois) CONJUNTOS MÓVEIS DE RECICLAGEM DE IMPACTO - RCC CLASSE A ACIONADO POR GRUPO GERADOR ACOPLADO SOBRE CARRETA RODOVIÁRIA COM CLASSIFICAÇÃO e 01 (um) CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO, por meio do Convênio nº 4500083593, celebrado entre a Itaipu Binacional e o CINDEPAR, bem como as diretrizes estabelecidas no Plano de Trabalho "Paraná Circular – Usinas Móveis de Reciclagem RCC" com o intuito de prestar serviços nos Municípios integrantes do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná – CINDEPAR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme planilha abaixo:

Item	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS	Un.	Qtd	Valor Unitário Máximo Admissível (R\$)	Valor Total Máximo Admissível (R\$)
01	<p><u>Conjunto móvel de reciclagem de impacto para trituração de resíduos RCC classe A acionado por grupo gerador construído sobre carreta rodoviária com classificação.</u></p> <p>Composição do Conjunto: (composição mínima) 01 Alimentador Vibratório, novo, capacidade da caixa para 4,5m³, construído com chapa de aço A36, caixa vibratória com 02 eixos transversais, acionado por</p>	Un.	02	R\$ 3.842.500,00	R\$ 7.685.000,00

<p>motor elétrico IV polos 10 cv, 380V, grelha para separação de finos, construído com vigas e chapas de aço estrutural A36 de 1/2".</p> <p>01 Britador de impacto primário, novo, construído em chapa de aço estrutural A36 com espessura mínima de de 3/4"=19,05mm, montagem com solda Mig tubular, proporcionando alta resistência e longevidade estrutural, eixo em cromo níquel SAE8640, usinado de alta resistência a impactos e torção, rotor em aço carbono A36 com alívio de tensão em forno, para uniformização de dureza, rolamentos autocompensados de roletes, gaiola de bronze, rolamentos de 1º linha, com revestimento interno com placas de alta resistência ao atrito de 1"= 25,4mm, com boca de recepção de 1000 x 900mm = 0,900m² com fechamento e abertura mínima de 1 1/2" e máxima de 5". Acionado por motor elétrico IV polos de 100cv, 380/660V, com inversor de frequência para partida e controle da rotação, proteção. Produção mínima aproximada de 70 à 100 Ton/hora.</p> <p>01 Transportador de correia, nova, com 10,00m de comprimento x 30" de largura, capacidade de produção adequada ao conjunto, acionado por</p>				
---	--	--	--	--

<p>motor redutor blindado trifásico com no mínimo 7,5 cv - 4 polos, completo com lona de borracha com no mínimo 02 tramas sintéticas e 3/8" polegada de espessura para maior resistência a abrasão, com roletes blindados.</p> <p>01 Peneira vibratória apoiada, nova, com 2,50 m x 1,00 m. Construída em chapa de aço estrutural A36 com espessura de ¼". Motor VI polos de no mínimo 10 cv, eixo excêntrico e contrapesos com regulagens vibratórias diferenciadas com 02 decks de classificação e funil, movimento excêntrico de alta performance de classificação.</p> <p>02 Transportadoras de correia, nova, com 6,00m de comp. x 24" de largura, articulado hidraulicamente, acionado por motor redutor blindado trifásico com no mínimo 5cv - 4 polos, completo com lona de borracha com no mínimo 02 tramas sintéticas e 3/8" polegada de espessura para maior resistência a abrasão, com roletes blindados.</p> <p>Painel de comando elétrico, novo, acomodado em armário de metal próprio, capacitado para distribuição de energia com chave de partida, contactores, capacitores, reguladores, relé térmicos,</p>				
---	--	--	--	--

<p>starts, fusíveis de segurança, tomadas para manutenção trifásica e monofásica.</p> <p>01 Imã Permanente de limpeza automática, novo, suspenso em olhais e cabos de aço, completo com carcaça de alta permeabilidade magnética protegida contra corrosão, face magnética em aço, circuito magnético com imã permanente de ferrete de estrôncio anisotrópico de alta energia, moto redutor blindado trifásico de 1cv, 4 polos, borracha taliscada, sistema isolante de campo magnético e estrutura de sustentação.</p> <p>01 Carreta rodoviária, nova, especial reforçada, emplacada documentada como mecanismo operacional com 2 eixos distanciados, com pneus sem câmara e com capacidade superior de carga, com pescoço para cavalo simples ou trucado, freios de rodagem ABS e estacionários. Construído em perfis de aço carbono, chassis tipo I com tirantes de 3/4" inferior e 1/4" superior x 1/4" largura e alma central e tela expandida de 3/16" com proteções, alambrados plataformas operacionais e escadas de acesso. Com sistema de estabilização para apoio e operação do equipamento.</p>				
---	--	--	--	--

<p>01 Grupo gerador diesel, novo, na potência de 218kva/174kw. Motor diesel com 271 CV, 1.800 RPM, sistema de refrigeração à água com radiador, sistema de partida elétrica 12 Vcc, painel local com termômetro, manômetro, botão de partida e horímetro, sistema de proteção com parada automática por baixa pressão do óleo e alta temperatura da água, silencioso e flexível. Alternador, construção horizontal "single bearing", isolamento classe H, trifásico, 380/220 Volts, fator de potência 0,8, fechamento em estrela com neutro acessível, 4 polos, 60Hz, 1800 RPM, elevação de temperatura em emergência até 130/150°C, arrefecimento por ventilador montado no próprio eixo, sistema de excitação brushless, tipo ímã permanente, com regulador de tensão controlado por microprocessador, que assegura máximas precisão e velocidade de correção quando das variações da carga.</p> <p>Deverá acompanhar junto a cada equipamento uma caixa de ferramentas contendo todas as chaves denominada a cada parafusos e porcas, para manutenção do mesmo.</p> <p>Carreta dentro das normas do Contran;</p>				
---	--	--	--	--

<p>Equipamento dentro das normas NR10 e NR12;</p> <p><u>Documentação Complementar</u></p> <p>O licitante provisoriamente declarado vencedor, na etapa de julgamento de propostas, deverá apresentar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Laudo técnico de potência sonora do equipamento ofertado ou similar, emitido conforme parâmetros da NR-15 – Anexo I (ruído contínuo ou intermitente) e Anexo II (ruído de impacto). Comprovando que o nível de potência sonora total ponderado é inferior a 115 DBA, visando assegurar condições adequadas de segurança ocupacional conforme os princípios da medicina do trabalho. ▪ Certificado de Alívio Tensão para o corpo do britador (gráfico). ▪ Certificado de Qualidade de Rolamento de primeira linha. <p>Sendo a contratada responsável por todas as despesas, danos ou avarias do bem até a efetiva entrega na sede do contratante participante do Programa, (PARANÁ CIRCULAR USINAS MÓVEIS DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC) na cidade de Astorga-PR, a ser recebido por Servidor responsável pelo recebimento.</p>				
--	--	--	--	--

	<p>TREINAMENTO: Entrega técnica e treinamento a ser realizada pelo fornecedor, e acompanhamento pelo técnico da empresa perfazendo um total de 16 horas por máquina. Fornecer assistência técnica in loco em qualquer município onde o equipamento estiver locado (Consorticiados) durante o período de garantia. Com fornecimento de certificado. e Garantia de 12 meses após a entrada em operação.</p> <p>ADESIVO ESPECÍFICO DO PROGRAMA, ASSIM COMO ADESIVO DO CONTRATANTE.</p>				
2	<p><u>CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO</u></p> <p>Novo Zero Km Potência mínima: 300 cv, torque: 1400 Nm, transmissão: Automática/(Automatizada), Nº Marchas/velocidade à frente 12 marchas à frente e uma à ré, garantia do trem de força 2 (dois) sem limite de Km Peso Bruto Total (PBT) – Homologado: 16.000 kg Peso Bruto Total Combinado (PBTC): 45.000 kg, Capacidade máxima de tração (CMT): 45.000kg, Tração: 4x2, Distância entre eixos: compatível para instalação da prancha, Rodas de aço 8,25 e Pneus 295/80 R 22,5 Roda e Pneu de socorro Rodas de aço 8,25 e Pneus 295/80 R 22,5 Tanque de combustível (alumínio): 400L</p>	Un.	01	R\$ 629.432,00	R\$ 629.432,00

<p>Cabine: equipada com itens de conforto como ar-condicionado, Rádio, USB vidros e Trava elétrica e direção hidráulica. Macaco hidráulico tipo garrafa, compatível com o veículo, capacidade (t), Kit de Ferramentas exigido por lei e normas do CONTRAN, Entrega Técnica, e Garantia de 12 meses após a entrada em operação. Sendo a contratada responsável por todas as despesas, danos ou avarias do bem até a efetiva entrega na sede do contratante participante do Programa, (PARANÁ CIRCULAR USINAS MÓVEIS DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC) na cidade de Astorga-PR, a ser recebido por Servidor responsável pelo recebimento.</p> <p>TREINAMENTO: Entrega técnica e treinamento a ser realizada pelo fornecedor, e acompanhamento pelo técnico. ADESIVO ESPECÍFICO DO PROGRAMA, ASSIM COMO ADESIVO DO CONTRATANTE.</p>				
<p>VALOR TOTAL: R\$ 8.314.432,00 (oito milhões, trezentos e quatorze mil e quatrocentos e trinta e dois reais).</p>				

1.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 8.314.432,00 (oito milhões, trezentos e quatorze mil e quatrocentos e trinta e dois reais)**, sendo que a estimativa dos preços da contratação encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme a Portaria nº035/2023, de 04 de abril de 2023.

1.4. O objeto dessa contratação é classificado como bem comum, pois possui especificações usuais de mercado e padrões de qualidade que podem ser definidos em edital, conforme estabelece o inciso XIII, do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/21.

1.5. A adoção de licitação por **ITEM, dividido em 02 (dois) itens**, pois se trata de objetos que, apesar de complementares, não são fornecidos por empresas do mesmo ramo, possibilitando vantagem ao erário com eliminação de possíveis atravessadores.

1.6. **EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO CATMAT E DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA, PREVALECEM ESTAS ÚLTIMAS.**

1.7. **DA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.**

1.7.1. O artigo 59, da Portaria nº 169/2023 do CINDEPAR, dispõe que nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, na forma do estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006.

1.7.2. Nos termos do artigo 48, I da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.7.3. Nos itens de contratação acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme o artigo 48, III, da mesma Lei, a Administração deverá estabelecer, em certames para aquisições de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

1.7.4. No mesmo sentido, o artigo 66, da Portaria nº 169/2023 do CINDEPAR, prevê que nas licitações destinadas à aquisição de bens de natureza divisível, o CINDEPAR deverá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de beneficiários do tratamento diferenciado.

1.7.5. **Além disso a Lei 14.133/21, no art. 4º, §1º inciso I, prevê que não se aplicam as disposições da Lei Complementar 123/2006, no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em**



geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

1.7.6. Desta forma, visto que item 01 (um) possui valor acima da receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos), **não será destinada exclusividade para ME/EPP, nos termos do art. 4, §2º da Lei 14.133/21.**

1.7.7. Além disso o item **02 (dois)**, por sua natureza indivisível e visto seu valor ser acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), **será destinado a AMPLA CONCORRÊNCIA.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo atender à crescente demanda por soluções adequadas, eficientes e ambientalmente responsáveis para o manejo e destinação dos resíduos da construção civil (RCC), no âmbito dos municípios consorciados. O aumento das atividades de construção, reforma e demolição tem gerado volumes significativos desses resíduos, cuja destinação inadequada pode ocasionar impactos ambientais negativos, degradação de áreas urbanas, assoreamento de corpos hídricos e custos adicionais ao poder público com limpeza urbana.

2.2. Nesse contexto, torna-se necessária a implantação de uma usina de reciclagem de RCC, equipada com conjunto móvel operado por cavalo mecânico, permitindo maior flexibilidade logística, mobilidade operacional e otimização no atendimento às diferentes regiões do Município. A solução proposta possibilitará o processamento e reaproveitamento dos resíduos, transformando-os em insumos reutilizáveis, como agregados reciclados, contribuindo para a economia circular e a redução da extração de recursos naturais.

2.3. A contratação também visa atender às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, promovendo a gestão integrada e sustentável dos resíduos, com incentivo à reutilização e reciclagem, bem como à redução do volume destinado a aterros. Além disso, a iniciativa está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável previstos na legislação vigente.



2.4. A utilização de equipamento com mobilidade própria (cavalo mecânico acoplado à usina) permitirá a atuação descentralizada, reduzindo custos com transporte de resíduos, aumentando a produtividade e ampliando a capacidade de atendimento da Administração Pública. Tal contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [18273727000108-0-000001/2026]

II) Data de publicação no PNCP: [17/12/2025]

III) Id do item no PCA: [11]

IV) Classe/Grupo: [001005]

V) Identificador da Futura Contratação: [11.2026.03]

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

PARA O CONJUNTO MÓVEL DE USINA RCC

4.1. JUSTIFICATIVA DE CATÁLOGOS E AMOSTRAS

4.1.1. Após a etapa dos lances, é imprescindível a apresentação de catálogo e/ou folder com detalhamento e/ou layout do equipamento, com ilustração e ficha técnica do produto oficial do fabricante, em língua portuguesa, atendendo ao termo de referência, a fim de apurar as características prévias do produto ofertado ao Cindepar.

4.2. JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.2.1. Os atestados tem por finalidade comprovar a qualificação técnico-operacional do licitante, nos termos do art. 67, inciso III, da Lei 14133/2021. A exigência de fornecimento prévio de equipamentos de capacidade igual ou similar demonstra que a empresa possui aptidão técnica, capacidade produtiva, domínio do processo industrial e experiência comprovada na execução de contratos de natureza e complexidade equivalentes, garantindo maior segurança quanto ao cumprimento do objeto contratual.

4.2.2. O Alvará de funcionamento comprova que a empresa está legalmente constituída e autorizada pelos órgãos competentes a exercer a atividade relacionada ao objeto da licitação.

4.3. JUSTIFICATIVA DE LAUDOS A SEREM APRESENTADOS NA ETAPA DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

4.3.1. A exigência do Laudo Técnico de potência sonora fundamenta-se na necessidade de observância das normas de segurança e saúde no trabalho e pela NR-15 do ministério do trabalho. O atendimento aos limites de tolerância visa assegurar condições adequadas de segurança ocupacional, prevenir danos à saúde dos trabalhadores expostos ao ruído e resguardar a Administração Pública de eventuais passivos trabalhistas, previdenciários e ambientais decorrentes da operação do equipamento.

4.3.2. O certificado de alívio de tensões comprova que o corpo do equipamento passou por tratamento térmico adequado, reduzindo tensões residuais provenientes dos processos de soldagem e fabricação. Tal procedimento é fundamental para garantir a integridade estrutural, aumentar a vida útil do equipamento e prevenir trincas, deformações ou falhas prematuras durante a operação.

4.3.3. Os rolamentos são componentes críticos para o desempenho, segurança e durabilidade do equipamento. A exigência de certificado de qualidade de rolamentos de primeira linha assegura que os componentes utilizados atendem a padrões internacionais de fabricação, confiabilidade e desempenho, reduzindo riscos de paradas não programadas, falhas mecânicas e custos de manutenção.

5. DOCUMENTOS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. A proponente deverá apresentar no mínimo 3 (três) atestados técnicos emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de máquina igual ou similar em



capacidade ao objeto desta licitação. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto, dentre outros documentos.

5.2. A proponente deverá apresentar Alvará de Funcionamento e Operação compatível com o ramo de atividade de Indústria ou Comércio e Manutenção de Máquinas e Equipamentos.

6. SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto observará a seguinte dinâmica:

7.1.1. O início da execução do objeto será imediatamente após a assinatura do contrato.

7.1.2. A Contratada deverá observar os prazos, conforme estipulados neste Termo de Referência e/ou no Contrato.

7.1.3. A Contratada deverá observar todas as normas e/ou legislações aplicáveis para o fornecimento do bem.

8. PRAZO DE ENTREGA

8.1. O prazo de entrega referente ao Conjunto Móvel de usina RCC deverá ser de até 60 (sessenta) dias a partir da Emissão da Nota de Empenho.

8.2. O prazo de entrega referente ao Caminhão tipo Cavalo Mecânico deverá ser de até 30 (trinta) dias a partir a partir da Emissão da Nota de Empenho.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. As comunicações entre o CINDEPAR e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3. O CINDEPAR poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Instrução Normativa nº004, de 2023](#)).

9.5. O fiscal técnico do contrato, se houver, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Instrução Normativa nº004, de 2023, art. 9º, inciso VII](#)).

9.5.1. O fiscal técnico do contrato, se houver, anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Instrução Normativa nº004, de 2023, art. 9º, inciso II](#)).

9.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Instrução Normativa nº004, de 2023, art. 9º, inciso IV](#)).

9.5.3. O fiscal técnico do contrato, se houver, informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Instrução Normativa nº004, de 2023, art. 9º, inciso V](#)).

9.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Instrução Normativa nº004, de 2023, art. 9º, inciso VI](#)).

9.5.5. O fiscal técnico do contrato, se houver, comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Instrução Normativa nº004 de 2023, art.9º, inciso VIII](#)).

9.5.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Instrução Normativa nº004 de 2023, art. 7º, inciso XI](#)).

9.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Instrução Normativa nº004, de 2023, art. 10, incisos I e II](#)).

9.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Instrução Normativa nº004, de 2023, art. 10, inciso XV](#)).

9.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Instrução Normativa nº004, de 2023, art. 7º, inciso XIII](#)).

9.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. [\(Instrução Normativa nº004, de 2023, art. 7º, inciso XII\).](#)

9.7.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. [\(Instrução Normativa nº 004, de 2023\).](#)

9.7.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. [\(Instrução Normativa nº004, de 2023, art. 7º, XI art. 7º, inciso XIV\).](#)

9.8. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. [\(Instrução Normativa nº004, de 2023 art. 7º, inciso XV\).](#)

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em prazo **não superior a 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento e atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do Contrato de que a Contratada cumpriu todas as exigências e condições da proposta.

10.2. **O pagamento só ocorrerá mediante entrega do bem ao CINDEPAR.**

10.3. **Constar na emissão da Nota Fiscal o número do instrumento jurídico firmado entre a ITAIPU e o CINDEPAR, bem como o número do Contrato Administrativo e especificações técnicas.**



10.4. Na emissão da Nota Fiscal/Fatura a empresa deverá observar a IN RFB n°1.234/2012 ou a que vier substituí-la, bem como a Portaria n°078/2023 do CINDEPAR, que dispõe sobre a retenção de IR (Imposto de Renda) nos pagamentos aos fornecedores.

10.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei n° 14.133, de 2021](#).

10.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



- 10.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 10.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.
- 10.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.13. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos a contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC do IBGE, pro rata temporis.
- 10.14. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.
- 10.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 10.18. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por



aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Da Modalidade Eleita

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com ampla concorrência.

11.2. Para fins de **habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.3. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

11.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.5. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

11.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.7. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se



localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

11.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.12. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,** conforme o caso.

11.13. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.14. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**

11.15. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



11.16. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital e/ou Estadual/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.18. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal/Distrital e Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

11.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital e/ou Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.20. Para fins de **qualificação econômico-financeira e técnica**, deverá o licitante apresentar o seguinte documento:

11.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.22. Para fins de **qualificação técnica (apenas para item 01 - Usina de RCC)**, deverá o licitante apresentar o seguinte documento:

11.23. A proponente deverá apresentar no **mínimo 3 (três) atestados técnicos** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de máquina igual ou similar em capacidade ao objeto desta licitação. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto, dentre outros documentos.



11.24. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

11.25. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.26. A proponente deverá apresentar Alvará de Funcionamento e Operação compatível com o ramo de atividade de Indústria ou Comércio e Manutenção de Máquinas e Equipamentos.

11.27. Deverão, ainda, apresentar a seguinte documentação:

11.28. **DECLARAÇÃO UNIFICADA**, conforme modelo do Edital, contendo:

11.29. Declaração de Pleno Conhecimento;

11.30. Declaração de Não utilização de mão-de-obra de menores;

11.31. Declaração de Não Parentesco;

11.32. Declaração LGDP (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

11.33. **COMO COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso:**

11.34. Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente; e

11.35. Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, conforme modelo do Edital, bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

11.36. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

11.37. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão



domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

11.38. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

11.39. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

11.40. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

11.41. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

11.42. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

11.43. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11.44. Em caso de participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.45. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de



2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.46. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estarem nome da matriz, e se for a filial todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.47. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor ou pelo edital, deverão ter sido emitidos até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é **R\$ 8.314.432,00 (oito milhões, trezentos e quatorze mil e quatrocentos e trinta e dois reais)**., conforme o disposto na tabela do item 1.

13. VIGÊNCIA

13.1. O contrato a ser firmado para fornecimento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado dentro dos limites legais.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Consórcio deste exercício, bem como previsto no Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum (PLACIC), na dotação abaixo discriminada:

Órgão	Unidade	Função	Sub-função	Programa	Proj. / Ativ.	Despesa	Red.	Fonte
01	001	15	452	0001	2008	4.4.90.52.00.00	64	Recursos Próprios (Contrapartida)

01	001	15	452	0001	2008	4.4.90.52.00.00	66	Convênio (ITAIPU)
----	-----	----	-----	------	------	-----------------	----	----------------------

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Astorga-PR, 18 de maio de 2026.

RAFAEL LINCOLN CORTEZ MARTINS
DIRETOR EXECUTIVO

SÉRGIO BARBOSA
ASSESSOR TÉCNICO